



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA - RJ**

EDITAL Nº 01/2020

**Concurso Público para
Procurador**

MANHÃ

Caderno de Provas

- ◆ **Conhecimentos Específicos**
- ◆ **Legislação Municipal**
- ◆ **Português**

ibam instituto brasileiro de
administração municipal

<http://www.ibam-concursos.org.br>

**Concurso Público para o
IPREVI – Itaiaia/ RJ**

**Ensino Superior Completo
Duração: 4 horas**

Você recebeu o seguinte material:

- Dois **cadernos de provas**, o primeiro contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C e D**. As questões estão assim distribuídas: **01 a 20 – Conhecimentos Específicos, 21 a 30 – Legislação Municipal e 31 a 40 – Português**.
- O segundo **caderno de prova** contendo uma questão dissertativa.
- Um **cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações e cálculos.
- Não é permitido o uso de calculadora.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado, nem conter qualquer registro além das respostas assinaladas e de sua assinatura.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo a seguir:

Correto:

A

B

D

Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas. Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado.

Normas de Segurança

- **Uso obrigatório de máscara.**
- **Higienize as mãos com álcool 70%.**
- **Mantenha distância, evite aglomerações.**
- **Proibido contato físico.**
- **Ao tossir e espirrar cubra o rosto com o antebraço.**
- **Não compartilhe objetos.**
- **Proibido comer no local de prova.**
- **Não será permitida a utilização de bebedouros no local de prova.**
- **Lave as mãos com água e sabão.**

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. Os consórcios públicos estão disciplinados na Lei 11.107/2005, e, sobre esse tema, é possível afirmar corretamente que:

- A () Os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um
- B () O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, dispensando-se o protocolo de intenções
- C () O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados
- D () Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, sendo admitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito

Questão 02

Determinado município foi atingido por doença infectocontagiosa que assolou a sociedade. Para manter atuação no campo hospitalar da rede municipal, houve necessidade de realização de aquisição de produtos e contratar pessoal. Sobre esta situação, é correto afirmar que:

- A () Caso haja contratação de pessoal sem concurso público para desempenho de atividade extraordinária por tempo determinado para atender à necessidade temporária, haverá violação de princípio constitucional com a consequente incidência da lei de improbidade administrativa
- B () É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa
- C () A contratação sem licitação para aquisição de produtos para atendimento de emergência do sistema de saúde hospitalar pode causar grave prejuízo ao erário público, situação em que haverá improbidade administrativa
- D () Somente a União tem competência para legislar acerca da lei que estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público

Questão 03

Servidores Públicos de determinado município estavam envolvidos em casos de corrupção quando foram apanhados solicitando vantagem indevida para concessão de licenças. Sobre tal situação, analise as propostas abaixo colocadas, para assinalar aquela que for correta à luz do ordenamento jurídico:

- A () É possível que a autoridade superior no uso do poder de polícia atribua sanção aos envolvidos nas irregularidades a fim de lhes impor sanção disciplinar
- B () Caso não haja interesse administrativo de aplicação de sanção disciplinar, é possível que a autoridade pública coloque os servidores envolvidos com as irregularidades em disponibilidade
- C () Em razão da ocorrência de casos de ilegalidade para os quais há vinculação da autoridade superior em aplicar sanção disciplinar, é possível que sejam todos os envolvidos exonerados dos cargos que ocupam
- D () A remoção dos servidores envolvidos com as irregularidades para exercerem suas atividades noutra repartição pública em razão dos ilícitos cometidos importará abuso de poder por desvio de finalidade praticado pela autoridade superior a qual deve aplicar sanção disciplinar a eles de acordo com o poder disciplinar

Questão 04

Prefeito de determinado município favoreceu pessoa da sua família no processo seletivo de concurso público. O Ministério Público com atribuição legal instaurou inquérito civil e posteriormente o demandou por improbidade administrativa. Com base nestas informações, assinale a seguir o item correto:

- A () É possível ser aplicada sanção por ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública para que o prefeito fique impossibilitado de contratar com o poder público pelo prazo de dez anos
- B () As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei de improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato de cargo eletivo
- C () Caso haja prejuízo ao erário identificado no ato de improbidade administrativa, a Administração Pública tem o prazo prescricional de cinco anos para mover a ação de ressarcimento ao erário
- D () Somente há ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação de princípios da administração pública, situação em que o agente deverá ser responsabilizado por sua conduta dolosa ou culposa

Questão 05

Considere a hipótese de tratado internacional assinado pelo Presidente da República em que se vincula a isentar impostos municipais incidentes sobre a prestação de serviços importados de país estrangeiro, tendo sido tal tratado ratificado pelo Poder Legislativo federal. Sendo assim, levando em consideração a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria, assinale o item correto:

- A () Nesta situação, a isenção operada por ente federativo diverso daquele para o qual a Constituição Federal atribuiu competência para instituir, majorar ou isentar imposto é violadora da forma federativa de Estado
- B () A concessão de isenção heterônoma pela União é válida, uma vez que ela atua como representante de Estado
- C () A isenção relativa aos impostos municipais sobre serviço exige ratificação por todos os municípios interessados para evitação de guerra fiscal
- D () A União atua como representante do governo federal para concessão das isenções, razão pela qual a forma adotada é inválida

Questão 06

Em determinado Estado da Federação foi aprovada Emenda Constitucional para determinar que os Municípios que o integram passem a adotar as determinações do Governador do Estado, a fim de que medidas de proteção ambiental ganhassem uniformidade de aplicação em todo o respectivo território. Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- A () O meio ambiente equilibrado tem proteção que decorre da Constituição Federal, por isso todas as medidas de sua proteção devem ser observadas pelos entes federativos, razão pela qual a medida adotada pela Constituição estadual modificada contém validade que confere maior segurança jurídica
- B () As normas de proteção ao meio ambiente são editadas privativamente pela União consoante as regras de repartição de competência constitucional, razão pela qual as medidas adotadas pelo poder constituinte decorrente são formalmente inválidas
- C () A autonomia municipal impede que os poderes constituídos do Município estejam vinculados às determinações do Governador, sendo tal disposição violadora da forma federativa de Estado
- D () As regras editadas na Constituição do Estado somente seriam válidas se as diretrizes de proteção ambiental fossem emanadas da Assembleia Legislativa com vinculação obrigatória dos prefeitos municipais

Questão 07

A decisão definitiva na Ação Direta de Inconstitucionalidade e a decisão no deferimento de medida cautelar apresentam peculiaridades que estão definidas na Constituição Federal e na Lei 9868/99. Assinale a seguir o item com afirmação correta sobre esse tema:

- A () A decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, podendo ser objeto de ação rescisória
- B () Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado
- C () A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia não retroativa
- D () A declaração de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, inclusive ao Supremo Tribunal Federal, e à Administração Pública federal, estadual e municipal

Questão 08

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a ocorrência de pandemia de doença grave infecto contagiosa disseminada em diversos continentes. Tal situação alcançou o Brasil acarretando crise no sistema público e privado de saúde. O poder público tem a necessidade de adotar medidas excepcionais e temporárias para resolução de problemas extraordinários. Assinale a alternativa que contenha corretamente as medidas previstas na Constituição Federal para atuação do poder público neste momento de crise:

- A () A desapropriação por necessidade pública importa em violação grave do direito de propriedade, direito fundamental previsto na Constituição Federal, razão pela qual não pode ser adotada, ainda que existente momento de crise de saúde
- B () Os atos de contratação de pessoal sem concurso público e a aquisição de bens sem o processo de licitação importam prejuízo ao erário para o qual deve incidir a lei de improbidade administrativa
- C () Ainda que declarado estado de calamidade sanitária com decretação de estado de sítio ou do estado de defesa, não é admissível o abandono das metas fiscais definidas na lei de responsabilidade fiscal, para que não ocorra grave comprometimento de ordem econômica do país
- D () No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano

Questão 09

Assinale a alternativa a seguir que está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca do controle de gastos com pessoal:

- A () No caso de excesso de gastos com pessoal é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária
- B () Não é possível a dispensa do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho em nenhuma hipótese
- C () Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação, será possível dispensar o atingimento dos resultados fiscais e a limitação do empenho
- D () A decretação do estado de defesa ou do estado de sítio não é suficiente para a dispensa do atingimento das metas fiscais definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal

Questão 10

Assinale a alternativa correta acerca dos tributos cujo lançamento e recolhimento dependem de declaração do contribuinte:

- A () No lançamento por declaração, há declaração do contribuinte antes do recolhimento do tributo como ocorre na hipótese de lançamento do imposto sobre serviço de qualquer natureza
- B () No lançamento por homologação, o contribuinte realiza a declaração da ocorrência do fato gerador após o recolhimento do tributo, como é comum ocorrer para o imposto de transmissão de bens imóveis
- C () Para o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco, o que se aplica aos impostos lançados por homologação
- D () Não é possível no ordenamento jurídico brasileiro o recolhimento antecipado do tributo, antes de ser realizada a declaração do contribuinte para o seu devido lançamento

Questão 11

Sobre compensação do crédito tributário e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta a seguir:

- A () A compensação tributária é modalidade de suspensão do crédito tributário
- B () O mandado de segurança constitui ação inadequada para a declaração do direito à compensação tributária
- C () A compensação de créditos tributários pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória
- D () É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte

Questão 12

A administração fiscal municipal autou determinado estabelecimento comercial em razão de o mesmo deixar de recolher ISSQN – o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, quanto aos serviços prestados para fornecer alimentos. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A () É possível que a fazenda pública municipal lavre auto de infração e proceda ao lançamento de ofício para exigir o recolhimento do referido imposto
- B () O ISSQN é de competência estadual, motivo por que carece de atribuição o ente público municipal para, por meio de sua procuradoria, exercer a competente ação de execução fiscal
- C () Os serviços prestados por restaurante compreendem obrigação de dar e de fazer; e, quanto a esta obrigação de fazer é incindível o ISSQN
- D () A jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça define que o fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação

Questão 13

Diogo, José e Rodrigo acordaram vender seu cavalo de corrida para Luciano. Ocorre que, por descuido de Rodrigo, o cavalo objeto do contrato veio a óbito antes de ser entregue. Neste caso, Luciano poderá exigir a cláusula penal contratual:

- A () Exclusivamente contra Rodrigo, o único culpado pelo óbito do cavalo
- B () Integralmente de cada um dos vendedores
- C () Não havendo culpa simultânea dos três vendedores, de nenhum deles poderá ser exigido o pagamento da cláusula penal
- D () Integralmente de Rodrigo, mas dos demais poderá exigir apenas a quota de cada um, cabendo a Diogo e José ação regressiva contra Rodrigo

Questão 14

Uma grande distribuidora de bebidas deixou um lote de seus produtos em uma lanchonete para ser vendido em consignação. Transcorridos um mês da entrega, os bens não foram vendidos, mas o proprietário pretendia adquirir as bebidas para si pelo preço requerido pela distribuidora. Neste caso:

- A () A aquisição é possível, pois se trata de obrigação alternativa
- B () Só será possível se o dono da lanchonete adquirir os produtos pelo preço que venderia a seus consumidores, uma vez que ele não é o consumidor final
- C () Só será possível se a distribuidora de bebidas não tiver um terceiro interessado na compra
- D () A obrigação de dar prevalece sobre a obrigação de pagar, devendo o dono da lanchonete prioritariamente devolver os produtos ao invés de adquiri-los

Questão 15

Uma grande empresa foi intimada para o pagamento voluntário de quantia certa estabelecida em sentença transitada em julgado. No entanto, após vinte dias, ela permaneceu inerte. Neste caso:

- A () O prazo de 30 dias para pagamento voluntário da obrigação ainda não transcorreu
- B () Serão aplicados honorários advocatícios na ordem de 15%
- C () Será aplicada a multa no valor de 10% e honorários advocatícios também no valor de 10%
- D () Será aplicada a multa no valor de 20%

Questão 16

Tendo em consideração as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103/2019, reforma da previdência, assinale a alternativa correta:

- A () A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, não provoca o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição
- B () É vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes, ainda que seja decorrente do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social
- C () A Constituição Federal veda expressamente a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social
- D () Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar

Questão 17

O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Sobre o regime próprio de previdência social regulado na Constituição Federal, assinale a resposta correta dentre as alternativas a seguir:

- A () A reforma da previdência instituída pela Emenda Constitucional 103/2019 vedou a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios no regime próprio de previdência social, não apresentando nenhuma ressalva para tanto
- B () Após a reforma operada pela Emenda Constitucional 103/2019, os servidores ocupantes de cargo efetivo não serão mais compulsoriamente aposentados
- C () Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social
- D () Inexiste óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava ou que seja nomeado para outro cargo de livre nomeação e exoneração

Questão 18

Sobre as aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, após a reforma operada pela Emenda Constitucional 103 de 2019, pode-se afirmar corretamente que:

- A () Houve unificação dos regimes de previdência para que todos estejam abrangidos pelo regime geral de previdência social
- B () Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social
- C () Devem ser aplicadas aos servidores públicos de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios todas as alterações promovidas na Constituição Federal, em especial no art. 40, para fins de aposentadoria
- D () As normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103 somente serão aplicáveis aos ocupantes de cargo efetivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quando eles tiverem adquirido direito àquele regime de aposentadoria

Questão 19

A sistemática de acumulação de benefícios introduzida pela Emenda Constitucional 103 de 2019 permite seja afirmado corretamente que:

- A () É admitida a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ainda que as pensões do mesmo instituidor sejam decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal
- B () Obedecidos requisitos constitucionais, é admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal
- C () Não são admitidas as cumulações de pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social
- D () Quando for admissível pela Constituição Federal a acumulação de benefícios de pensão, é assegurada a percepção do valor integral dos benefícios acumulados

Questão 20

Acerca de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios de aposentadoria do regime geral de previdência social, é possível afirmar corretamente que:

- A () A Constituição Federal admite a adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios em qualquer hipótese, desde que haja previsão em lei complementar para tal finalidade
- B () É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria exclusivamente em favor dos segurados com deficiência e cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde
- C () A pessoa com deficiência terá dispensada a avaliação biopsicossocial para que lhe seja deferida a concessão de benefício com adoção de critério diferenciado; e, a pessoa cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos à saúde terá critério diferenciado para concessão de benefício, sendo possível a sua caracterização por categoria profissional
- D () A reforma da previdência operada pela Emenda Constitucional 103 de 2019 admite a aposentadoria com critério diferenciado para sua concessão independente de qualquer critério de idade mínima

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21

O servidor municipal que for eleito Vereador exercerá seu mandato, conforme previsto na legislação municipal, de acordo com o disposto na seguinte fonte:

- A () Constituição Federal
- B () Constituição Estadual
- C () Código Eleitoral
- D () Estatuto dos Servidores

Questão 22

Cabe ao Prefeito Municipal formalizar os atos administrativos, por meio de decreto ou portaria. A Lei Orgânica do Município permite a delegação de alguns desses atos, em função do assunto tratado. Indique a situação abaixo em que tais atos podem ser delegados:

- A () regulamentação de lei
- B () declaração de utilidade pública para efeito de desapropriação
- C () abertura de sindicâncias e processos administrativos
- D () aprovação de entidades municipais descentralizadas

Questão 23

As políticas do Município são objeto das leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, cada uma com suas características e objetivos, trazendo referência a diversos assuntos, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município. Aponte, entre as alternativas que se seguem, qual assunto é integrante da lei do plano plurianual:

- A () alterações da legislação tributária
- B () gastos com a execução de programas de duração continuada
- C () orçamentos das entidades de administração indireta
- D () prioridades da administração municipal, com as respectivas metas e despesas

Questão 24

Compete ao Prefeito Municipal, conforme determina a Lei Orgânica do Município, administrar os bens públicos. Essa mesma lei contém dispositivo que se refere ao destino que deve ser dado, preferencialmente, aos bens imóveis. Indique qual a alternativa que mostra a orientação dada pela lei:

- A () venda à vista ou a prazo
- B () doação onerosa ou não onerosa
- C () concessão de direito real de uso
- D () permuta por outro bem semelhante

Questão 25

Na hipótese de o servidor cometer reincidência de falta pela qual já tenha sido punido com advertência, o Estatuto dos Servidores do Município prevê a aplicação, cumpridas as formalidades legais e administrativas, da seguinte punição:

- A () destituição de função
- B () demissão
- C () cassação de aposentadoria
- D () suspensão

Questão 26

Entre os processos a que os servidores que tenham cometido falta prevista na legislação estão sujeitos, há o que é composto pelas etapas de instauração, instrução e julgamento. A lei local qualifica esse processo como:

- A () de sindicância
- B () administrativo disciplinar sumário
- C () investigatório
- D () administrativo correccional

Questão 27

O Estatuto dos Servidores do Município autoriza a contratação de pessoal para atender a necessidades temporárias, como no caso de realização de campanha de saúde pública. Essa contratação deve ser promovida por meio de:

- A () concurso público de provas
- B () concurso público simplificado
- C () processo seletivo simplificado
- D () processo seletivo de provas e entrevistas

Questão 28

A estrutura da Prefeitura Municipal tem um Assessor Especial do Trabalho, Emprego e Geração de Renda. De acordo com a lei, esse cargo está vinculado e subordinado, diretamente, ao:

- A () Prefeito Municipal
- B () Chefe de Gabinete do Prefeito
- C () Secretário de Assistência Social, Direitos Humanos e Habitação
- D () Secretário de Desenvolvimento Econômico

Questão 29

A legislação tributária define o sujeito passivo da obrigação principal, distinguindo os atingidos. A pessoa que tem relação pessoal e direta com a situação que constituiu o fato gerador do tributo é denominada:

- A () contribuinte
- B () mandatário
- C () responsável
- D () solidário

Questão 30

A concessão de medida liminar em mandado de segurança, favorável ao pagador de tributo, constitui, em face do crédito tributário, uma forma de:

- A () extinção
- B () remissão
- C () exclusão
- D () suspensão

PORTUGUÊS

TEXTO: Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio

Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais

O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cerceava o seu pleno desenvolvimento. Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a **escola regular** e a **escola especial** – ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

A **Educação inclusiva** compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude

educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. [...]

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como **diversidade**. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças.

Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando. [...]

O que o Plano Nacional de Educação diz sobre a Educação inclusiva

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a **nova função da Educação especial** como *modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização* (da Educação Infantil ao Ensino Superior); *realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.*

O PNE considera público-alvo da Educação especial, na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Se o aluno apresentar necessidade específica, decorrente de suas características ou condições, poderá requerer, além dos princípios comuns da Educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como **necessidades educacionais especiais (NEE)**. O estudante poderá beneficiar-se dos apoios de caráter especializado, como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da **deficiência visual e auditiva**; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento, no caso da **deficiência intelectual**; adaptações do material e do ambiente físico, no caso da **deficiência física**; estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento, no caso do **transtorno global**; ampliação dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdos para **altas habilidades**. [...]

O que significa ter um projeto pedagógico inclusivo?

As barreiras que podem impedir o acesso de alguns alunos ao ensino e à convivência estão relacionadas a diversos componentes e dimensões da escolarização. Ocorrem, também, impedimentos na ação dos educadores. Vejamos os principais pontos revelados na experiência com educadores no exercício da Educação inclusiva, para todos.

Educadores reconhecem, cada vez mais, a diversidade humana e as diferenças individuais que compõem seu grupo de alunos e se deparam com a urgência de transformar o sistema educacional e garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes. Não basta que a escola receba a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que ofereça condições para a operacionalização desse projeto pedagógico inclusivo. A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece.

As mudanças são imprescindíveis, dentre elas a reestruturação física, com a eliminação das barreiras arquitetônicas; a introdução de recursos e de tecnologias assistivas; a oferta de profissionais do ensino especial, ainda em número insuficiente. Além da compreensão e incorporação desses serviços na escola regular, são necessárias alternativas relativas à organização, ao planejamento e à avaliação do ensino.

Outro ponto importante refere-se à formação dos professores para a inclusão. A transformação de paradigma na Educação exige professores preparados para a nova prática, de modo que possam atender também às necessidades do ensino inclusivo. O saber está sendo construído à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação continuada tem um papel fundamental na prática profissional.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais faz parte do paradigma de uma sociedade democrática, comprometida com o respeito aos cidadãos e à cidadania. Esse paradigma, na escola, apresenta-se no projeto pedagógico que norteará sua ação, explicitará sua política educacional, seu compromisso com a formação dos alunos, assim como com ações que favoreçam a inclusão social. [...]

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. *Nova Escola*, 1 fev. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Questão 31

De acordo com o texto, em relação à Educação inclusiva, o sistema escolar atual adotou o seguinte tipo de escola:

- A () tradicional
- B () experimental
- C () regular
- D () tecnicista

Questão 32

As barreiras que podem impedir o acesso de alguns alunos ao ensino e à convivência estão relacionadas a diversos componentes e dimensões da escolarização.

Segundo o texto, um dos elementos que devem estar presentes para o acesso à aprendizagem é:

- A () metodologia repetitiva
- B () corpo docente inexperiente
- C () projeto pedagógico excludente
- D () planejamento inclusivo

Questão 33

Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

Nesse trecho, haverá prejuízo de sentido se a palavra em destaque for substituída por:

- A () relevo
- B () prática
- C () destaque
- D () realce

Questão 34

A classe gramatical da palavra em destaque está analisada corretamente na seguinte alternativa:

- A () *Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva [...].* (pronomes demonstrativos)
- B () *A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem [...].* (pronomes indefinidos)
- C () *Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa [...].* (conjunção conclusiva)
- D () *Outro ponto importante refere-se à formação dos professores para a inclusão.* (advérbio)

Questão 35

[...] é preciso que ofereça condições para a operacionalização desse projeto pedagógico inclusivo.

No período acima, a segunda oração exerce a função sintática de:

- A () objeto indireto
- B () objeto direto
- C () sujeito
- D () aposto

Questão 36

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar.

Nesse trecho, haverá prejuízo de sentido se o conectivo destacado for substituído por:

- A () então
- B () assim
- C () por conseguinte
- D () conquanto

Questão 37

Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem [...].

Substituindo o verbo “haver” pelo “existir” no pretérito perfeito do indicativo, a forma verbal fica:

- A () existiam
- B () existia
- C () existiram
- D () existiu

Questão 38

A palavra “que” não possui a mesma classe gramatical das demais palavras destacadas na seguinte alternativa:

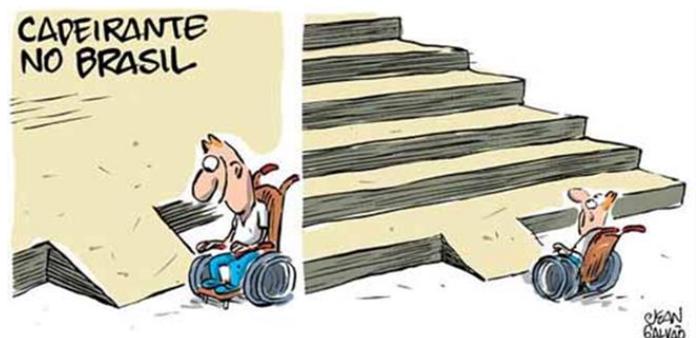
- A () Não basta que a escola receba a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais [...].
- B () As barreiras que podem impedir o acesso de alguns alunos ao ensino e à convivência [...].
- C () É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades [...].
- D () Educadores reconhecem, cada vez mais, a diversidade humana e as diferenças individuais que compõem seu grupo [...].

Questão 39

O uso da crase não é justificado pelo mesmo motivo das demais alternativas no seguinte trecho:

- A () As barreiras que podem impedir o acesso de alguns alunos ao ensino e à convivência estão relacionadas a diversos componentes [...].
- B () O saber está sendo construído à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas.
- C () [...] parte do paradigma de uma sociedade democrática, comprometida com o respeito aos cidadãos e à cidadania.
- D () [...] na escola regular, são necessárias alternativas relativas à organização, ao planejamento e à avaliação do ensino.

Questão 40



Em relação à acessibilidade do cadeirante, a charge retrata duas situações:

- A () antagônicas
- B () semelhantes
- C () inclusivas
- D () equivalentes